

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA JUSCREDIT

Versão revisada e atualizada em maio de 2026

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais disciplina o tratamento de dados pessoais realizado pela JusCredit Tecnologia e Serviços S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.604.390/0001-93, com sede na Alameda Cores da Mata, nº 1.973, Tamboré, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06543-003, doravante denominada “JusCredit”, no âmbito de seu site, de sua Plataforma, de seus canais de atendimento e das operações de análise, intermediação, cessão, subcessão, administração e cobrança de créditos judiciais.

A utilização da Plataforma pressupõe a leitura desta Política. Caso o usuário não concorde com suas disposições, deverá abster-se de utilizar a Plataforma e de fornecer dados pessoais, ressalvadas situações em que o tratamento seja necessário para cumprimento de obrigação legal, execução de contrato, exercício regular de direitos ou atendimento de determinação de autoridade competente.

1. Controlador, encarregado e canais de contato

1.1. Para as atividades em que define as finalidades e os meios essenciais do tratamento de dados pessoais, a JusCredit atua como controladora. Em situações específicas, a JusCredit poderá atuar como operadora, cocontroladora ou terceira destinatária de dados, conforme a natureza da operação, os contratos firmados e as instruções recebidas de titulares, parceiros, advogados, instituições financeiras, prestadores de serviços ou autoridades.

1.2. Solicitações relacionadas a dados pessoais, privacidade, segurança da informação, direitos dos titulares e comunicações ao encarregado poderão ser encaminhadas ao e-mail oi@jusccredit.com.br, ou a outro canal específico de privacidade que venha a ser divulgado pela JusCredit. A identidade e os dados de contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais serão mantidos atualizados nos canais oficiais da JusCredit, nos termos da regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

2. Conceitos utilizados nesta Política

2.1. Para fins desta Política, dados pessoais são informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável; dados pessoais sensíveis são aqueles relativos a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico; tratamento é toda operação realizada com dados pessoais; titular é a pessoa natural a quem os dados se referem; controlador é quem toma decisões sobre o tratamento; operador é quem realiza tratamento em nome do controlador; e anonimização é a utilização de meios técnicos razoáveis para que o dado deixe de poder identificar o titular.

3. Dados pessoais tratados

3.1. A JusCredit poderá tratar dados de identificação e qualificação, tais como nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, RG, CNH, passaporte, CNPJ vinculado, documentos societários, documentos de representação, assinatura, imagem, biometria facial quando utilizada para autenticação ou prevenção de fraude, endereço, telefone, e-mail e demais informações necessárias à identificação do usuário e de seus representantes.

3.2. Poderão ser tratados dados financeiros, bancários e patrimoniais, tais como banco, agência, conta, chave de pagamento, comprovantes de titularidade, renda, patrimônio, origem de recursos, informações fiscais, dados de pagamento, comprovantes de transferência, dados necessários à prevenção de fraude, informações sobre beneficiário final e dados relacionados à verificação de pessoa politicamente exposta.

3.3. Poderão ser tratados dados processuais e creditórios, tais como número de processo, classe, partes, advogados, decisões, cálculos, laudos, certidões, documentos pessoais constantes dos autos, procurações, alvarás, mandados de levantamento, acordos, dados de devedores, dados de terceiros, informações sobre depósitos judiciais, precatórios, requisições de pequeno valor, garantias, penhoras, bloqueios, impugnações, recursos e demais elementos necessários à análise e gestão do crédito judicial.

3.4. Poderão ser tratados dados de perfil e adequação de risco, tais como experiência com investimentos, grau de instrução, conhecimento financeiro, objetivos, tolerância a risco, horizonte de investimento, necessidade de liquidez, renda, patrimônio, histórico de operações, respostas a questionários e classificações internas de adequação.

3.5. Poderão ser tratados dados de navegação e uso da Plataforma, tais como endereço IP, data e hora de acesso, identificadores de dispositivo, sistema operacional, navegador, geolocalização aproximada, cookies, páginas acessadas, logs, eventos de segurança, registros de aceite, trilhas de auditoria, interações com formulários e comunicações mantidas com a JusCredit.

3.6. Em razão da natureza judicial dos créditos analisados, documentos processuais poderão conter dados pessoais sensíveis ou dados de crianças e adolescentes. A JusCredit tratará tais dados somente quando necessários à análise, formalização, execução contratual, exercício regular de direitos, prevenção de fraudes, cumprimento de obrigação legal ou atendimento de determinação de autoridade competente, observados os princípios da necessidade, adequação, segurança e transparência.

4. Fontes dos dados

4.1. Os dados poderão ser fornecidos diretamente pelo titular, por seu representante, por advogado, por Cedente, por Cessionário, por parceiro comercial, por escritório de advocacia, por instituição financeira, por serviço de assinatura eletrônica, por prestador de tecnologia, por bureau de crédito, por ferramenta antifraude, por bases públicas, por autos judiciais, por diários

oficiais, por tribunais, por cartórios, por órgãos públicos ou por outras fontes legitimamente utilizadas para as finalidades descritas nesta Política.

5. Finalidades e bases legais

5.1. A JusCredit trata dados pessoais para cadastrar usuários, verificar identidade, autenticar acesso, prevenir fraude, avaliar elegibilidade, analisar créditos judiciais, calcular riscos, estruturar operações, formalizar cessões ou subcessões, comunicar cessões ao juízo ou ao devedor, realizar pagamentos, administrar contratos, acompanhar processos, gerir cobranças, emitir documentos fiscais, prestar atendimento, cumprir obrigações legais, atender autoridades, defender direitos, aprimorar a Plataforma e preservar a segurança de usuários e terceiros.

5.2. As bases legais utilizadas poderão compreender a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, a proteção do crédito, a prevenção à fraude e à segurança do titular em processos de identificação e autenticação, o legítimo interesse da JusCredit ou de terceiros, a proteção da vida ou da incolumidade física quando excepcionalmente aplicável, e o consentimento do titular nas hipóteses em que a lei o exigir ou quando a JusCredit entender adequado solicitá-lo.

5.3. O consentimento, quando utilizado, será solicitado de forma destacada e poderá ser revogado pelo titular, observados os tratamentos realizados anteriormente com base válida e a possibilidade de manutenção de dados quando houver outra base legal aplicável, obrigação de retenção, necessidade de execução contratual ou exercício regular de direitos.

5.4. Dados pessoais sensíveis serão tratados somente nas hipóteses admitidas pela LGPD, especialmente para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direitos, prevenção à fraude e segurança do titular em processos de identificação e autenticação, ou mediante consentimento específico quando necessário.

6. Compartilhamento de dados pessoais

6.1. A JusCredit poderá compartilhar dados pessoais com Cedentes, Cessionários, advogados, escritórios parceiros, instituições financeiras, meios de pagamento, serviços de assinatura eletrônica, provedores de hospedagem e computação em nuvem, fornecedores de tecnologia, empresas de segurança da informação, bureaus de crédito, empresas antifraude, empresas de cobrança, contadores, auditores, consultores, seguradoras, cartórios, tribunais, órgãos públicos, autoridades regulatórias e demais terceiros necessários à execução das finalidades descritas nesta Política.

6.2. O compartilhamento será limitado ao necessário, observará bases legais aplicáveis e, quando cabível, será amparado por contratos, obrigações de confidencialidade, controles de acesso, medidas de segurança e instruções destinadas a proteger os dados pessoais.

6.3. A JusCredit poderá compartilhar dados para cumprir ordem judicial, requisição de autoridade competente, obrigação legal, investigação de fraude, prevenção a ilícitos, defesa de direitos, proteção da Plataforma, proteção de usuários ou preservação da segurança de terceiros.

7. Transferência internacional de dados

7.1. A JusCredit poderá realizar transferência internacional de dados pessoais quando utilizar fornecedores de tecnologia, computação em nuvem, segurança, assinatura eletrônica, atendimento, análise de dados ou outros serviços localizados no exterior ou que armazenem, acessem ou processem dados fora do Brasil.

7.2. Quando houver transferência internacional, a JusCredit adotará mecanismos juridicamente admitidos pela LGPD e pela regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, tais como cláusulas-padrão contratuais, cláusulas específicas aprovadas, normas corporativas globais, decisões de adequação, consentimento específico quando aplicável, cumprimento de obrigação legal, execução de contrato ou exercício regular de direitos, conforme o caso.

8. Cookies e tecnologias similares

8.1. A JusCredit poderá utilizar cookies, pixels, identificadores de dispositivo, armazenamento local e tecnologias similares para viabilizar funcionalidades essenciais, autenticar sessões, reforçar segurança, lembrar preferências, medir desempenho, compreender a navegação, aprimorar serviços, prevenir fraudes e, quando aplicável, realizar comunicações ou campanhas institucionais.

8.2. Cookies estritamente necessários poderão ser utilizados independentemente de consentimento, pois viabilizam a segurança e o funcionamento da Plataforma. Cookies analíticos, funcionais, publicitários ou de terceiros poderão depender de consentimento ou de outra base legal adequada, conforme sua finalidade e configuração. O usuário poderá gerenciar cookies nas configurações do navegador ou em ferramentas disponibilizadas pela Plataforma, ciente de que a desativação de determinados cookies pode prejudicar funcionalidades.

9. Retenção e descarte

9.1. Os dados pessoais serão mantidos pelo período necessário ao cumprimento das finalidades descritas nesta Política, à execução dos contratos, à prestação dos serviços, ao cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, à prevenção de fraudes, à auditoria, à segurança, ao exercício regular de direitos e à preservação de evidências.

9.2. Registros de acesso a aplicações poderão ser mantidos pelo prazo legal aplicável e por períodos superiores quando necessários à segurança, investigação de fraude, cumprimento de ordem de autoridade, defesa de direitos ou preservação de evidências. Documentos contratuais,

fiscais, societários, processuais e financeiros poderão ser retidos durante os prazos prescricionais, decadenciais, fiscais, regulatórios ou processuais pertinentes.

9.3. Encerradas as finalidades e inexistindo base legal para retenção, os dados serão eliminados, anonimizados ou bloqueados, observados requisitos técnicos, legais e operacionais razoáveis.

10. Segurança da informação e incidentes

10.1. A JusCredit adota medidas técnicas e administrativas razoáveis para proteger dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, destruição, vazamento, tratamento inadequado ou ilícito, incluindo controles de acesso, segregação de funções, registros de atividade, criptografia quando aplicável, autenticação, políticas internas, treinamento, seleção de fornecedores e monitoramento compatível com os riscos da atividade.

10.2. Nenhuma medida de segurança é absoluta. O usuário também deve proteger seus dispositivos, senhas, e-mails, códigos de autenticação e documentos, comunicando imediatamente à JusCredit qualquer suspeita de comprometimento de credenciais, fraude, phishing, engenharia social ou acesso indevido.

10.3. Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a JusCredit adotará as medidas de avaliação, mitigação, documentação e comunicação cabíveis, inclusive comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos titulares afetados no prazo regulamentar aplicável, atualmente de três dias úteis, ressalvada a existência de prazo específico em legislação própria.

11. Direitos dos titulares

11.1. O titular poderá solicitar confirmação da existência de tratamento, acesso aos dados, correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD, portabilidade, informação sobre compartilhamento, informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências, revogação do consentimento, revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado e eliminação de dados tratados com base exclusiva em consentimento, observadas as hipóteses legais de conservação.

11.2. As solicitações deverão ser encaminhadas pelo canal indicado nesta Política. A JusCredit poderá adotar medidas para verificar a identidade do solicitante, proteger direitos de terceiros, preservar sigilo profissional, resguardar segredo de negócio, cumprir obrigação legal, manter dados necessários à execução contratual ou conservar informações indispensáveis ao exercício regular de direitos.

11.3. O titular também poderá apresentar petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, sem prejuízo da possibilidade de buscar previamente solução direta pelos canais da JusCredit.

12. Decisões automatizadas, perfil e análise de risco

12.1. A JusCredit poderá utilizar modelos automatizados, algoritmos, regras de negócio, cruzamento de bases, indicadores antifraude e classificações internas para apoiar a análise de cadastro, adequação de perfil, risco do crédito, prevenção de fraude, segurança, elegibilidade e priorização operacional. Tais ferramentas podem influenciar a aprovação, recusa, limitação, suspensão ou revisão de acesso a determinadas funcionalidades ou operações.

12.2. Quando houver decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado que afete interesses do titular, ele poderá solicitar revisão, nos termos da LGPD. A JusCredit avaliará a solicitação por meio de procedimento compatível com a natureza da decisão, preservados segredos comerciais e industriais, prevenção de fraudes, segurança da Plataforma e direitos de terceiros.

13. Crianças e adolescentes

13.1. A Plataforma é destinada a pessoas maiores de 18 anos. A JusCredit não busca cadastrar crianças ou adolescentes como usuários. Contudo, documentos processuais submetidos à análise poderão conter dados de crianças ou adolescentes. Nessas hipóteses, o tratamento será limitado ao estritamente necessário, observará o melhor interesse do menor quando aplicável e será realizado com medidas de proteção compatíveis com a sensibilidade dos dados.

14. Responsabilidades do usuário

14.1. O usuário é responsável pela veracidade, exatidão, licitude e atualização dos dados fornecidos, bem como por assegurar que possui legitimidade para compartilhar documentos, dados processuais e dados de terceiros com a JusCredit. O usuário não deve fornecer dados excessivos, irrelevantes, obtidos ilicitamente ou desnecessários à finalidade pretendida.

14.2. O usuário deverá manter sigilo sobre credenciais, adotar boas práticas de segurança, utilizar dispositivos confiáveis, evitar redes inseguras, desconfiar de comunicações suspeitas e informar imediatamente à JusCredit qualquer indício de fraude ou uso indevido de sua conta.

15. Links e ambientes de terceiros

15.1. A Plataforma poderá conter links, integrações ou redirecionamentos para sites e serviços de terceiros. A JusCredit não controla as práticas de privacidade, segurança ou conteúdo desses terceiros, cabendo ao usuário consultar as respectivas políticas, sem prejuízo das responsabilidades que sejam legalmente atribuíveis à JusCredit nas atividades em que atuar como controladora ou operadora.

16. Alterações desta Política

16.1. A JusCredit poderá alterar esta Política para refletir mudanças legais, regulatórias, tecnológicas, operacionais ou comerciais. Alterações relevantes serão comunicadas por meio da Plataforma, e-mail ou outro canal adequado. O uso continuado da Plataforma após a divulgação da nova versão indicará ciência da Política atualizada, sem prejuízo de novo consentimento quando a lei o exigir.

17. Contato

17.1. Dúvidas, solicitações, reclamações, comunicações de segurança e pedidos relacionados a dados pessoais poderão ser encaminhados à JusCredit pelo e-mail oi@juscredit.com.br, ou por outro canal oficial de privacidade divulgado na Plataforma.